

Fundação João Mangabeira

# **POR UM PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PARA O BRASIL**

**Texto para impressão**

**15 DE AGOSTO DE 2007**

Grande desafio do povo brasileiro, implicando na defesa da soberania nacional, na redefinição das prioridades de investimentos, visando um novo pacto federativo fundado na equidade, para superação das desigualdades e conquista do desenvolvimento com menos consumismo, mais respeito ao meio ambiente, universalização da educação de qualidade e da saúde pública, sustentabilidade da matriz energética a partir de fontes renováveis; com resgate pleno da cidadania.

***“A educação,  
direitos de todos  
e dever do Estado e da família,  
será promovida e incentivada  
com a colaboração da sociedade,  
visando ao pleno desenvolvimento da pessoa,  
seu preparo para o exercício da cidadania  
e sua qualificação para o trabalho”.***  
(Constituição Federal – 1988 - Título VIII, Capítulo. III, Seção I, Art. 205)

## **GRUPO DE TRABALHO**

Deputado **Rogério Marinho** - coordenação

**Carlos Siqueira**

**Mari Machado**

**Adriano Sandri**

Deputado **César Callegari**

**Margarida Vieira**

Deputado **Miki Breier**

**Carlos Henrique Araujo**

**Rinaldo Barros** - organização

## SUMÁRIO

Apresentação

Premissa

Breve histórico da Educação brasileira

Ausência de Políticas de Inclusão e Demandas

O processo acelerado de urbanização e a questão da Educação

O mundo do “dever ser”: paradigmas nacionais

Conclusão

Anexo: CENSO ESCOLAR 2005 - Gráfico

## **Apresentação**

Este é um documento político e tem como pressuposto que a questão da Educação, no Brasil, está imbricada na produção sistêmica da extrema pobreza da maioria da nossa população e da profunda desigualdade herdada. Considera, portanto, fundamentais as análises de suas raízes nas condições materiais de vida e nas suas origens históricas.

Sua metáfora traduz a busca da “Terceira Margem do Rio”, do famoso conto de Guimarães Rosa, que simboliza a ruptura com as dualidades (bem e mal, concreto e abstrato, nacionalismo e globalização) e a descoberta de outra forma de perceber e assimilar a realidade.

Sua elaboração reflete uma condição contemporânea de procura por uma terceira opção em um mundo, um País, que se divide em oposições binárias.

E significa cumprir a tarefa principal da arte de pensar e mudar de perspectivas, olhar a partir de um novo ângulo para ver o conhecido de maneira inédita.

Significa a visão crítica do PSB e o seu posicionamento no embate entre adestrar e treinar para submeter força de trabalho ao capital ou educar para formar cidadãos livres, participativos, iguais em oportunidades, direitos e deveres.

## **Premissas**

1. Os investimentos em Educação ocupam papel central no progresso das sociedades. Os países com maior desenvolvimento são aqueles que fizeram os maiores investimentos em prol da escolarização de qualidade de seus povos. Há forte correlação entre os indicadores educacionais de qualidade e avanços no setor produtivo e na qualidade de vida, bem como na redução das desigualdades. O que importa é ser educado e não somente estar na escola. (**Marinho**, Rogério, em pronunciamento no plenário da Câmara Federal, registrado no Jornal da Câmara, ed. 14.08.2007 p.7)
2. O fundamento da assertiva acima é que as massas desprotegidas precisam da atuação do PSB para impulsionar o processo social, onde quer que ele se trave, e não poucas vezes ele se trava fora do plenário de nossas casas legislativas. O parlamentar socialista deve ser livre, caminhando pelo país, ouvindo, falando, viabilizando projetos políticos, possibilitando o diálogo entre as forças políticas, fortalecendo a correlação de forças em favor dos oprimidos e excluídos. Somente assim será possível ao PSB consolidar um projeto político distinto e com forte apoio popular, tornando claras as condições objetivas de sua contribuição não apenas para a construção partidária, mas para que se processem coalizões políticas agregando o maior número possível de partidos e forças progressistas em torno de um projeto nacional, sob a hegemonia do PSB. (**Amaral**, Roberto. in *Controvérsias Socialistas*, BSB, Brasil Socialista No. 6, 1992)

## **Breve histórico da Educação brasileira** (Nota <sup>1</sup>)

A História da educação brasileira evolui em rupturas marcantes e relativamente fáceis de serem observadas.

### **Período pré-republicano**

Quando os jesuítas chegaram por aqui eles não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade européia; em que pese as dificuldades da época, dos processos de colonização e evangelização e seus conflitos, contribuíram também com uma pedagogia intuitiva e sem método e, com ela, nos legaram o clientelismo e o caráter perdulário, refratário ao conhecimento.

O predomínio da educação jesuíta no Brasil foi quase absoluto até o ano de 1759, quando o Marquês de Pombal expulsou todos os padres da Companhia de Jesus de Portugal e de suas colônias. No lugar dos colégios da Companhia de Jesus foram criadas as aulas régias de Latim, Grego e Retórica, cada uma delas constituindo uma unidade, autônoma e isolada, pois uma não se articulava com outra nem pertenciam a qualquer escola.

Além disso, agravava o quadro de nossa situação educacional o fato de que a imprensa era proibida e, além de não se imprimirem livros no Brasil, era extremamente difícil obtê-los vindos do estrangeiro.

A situação começou a mudar com a vinda forçada de Dom João VI para o Brasil em 1808, fugindo das tropas de Napoleão que haviam invadido Portugal. Dom João, além de abrir os portos às nações amigas, resolveu permitir a imprensa, facilitar a entrada de livros e fundar cerca de uma dezena de instituições de ensino em nosso território, no Rio de Janeiro e na Bahia.

O governo Imperial fundou duas escolas de Direito, uma em São Paulo e outra no Recife; as aulas avulsas continuaram existindo, sem controle governamental, mas na prática os professores ensinavam apenas aquilo que era exigido para o ingresso às poucas escolas de ensino superior existentes no Brasil naquela época, isto é, a aprovação em exames preparatórios parcelados, que eram uma espécie de atestado de estudos secundários.

Na segunda metade do Império começaram a surgir um punhado de estabelecimentos particulares de ensino secundário e algumas poucas escolas de formação para o Magistério.

### **Período republicano**

Com a Proclamação da Independência, em 1822, o Brasil tinha outros problemas mais urgentes, ou que pelo menos assim o pareciam aos homens daquela época, com que se preocupar do que a fundação de uma Universidade ou o estabelecimento de uma rede de ensino primário e secundário.

A educação, portanto, continuou a ter uma importância secundária. Basta ver que a nossa primeira Universidade só surgiu em 1934, em São Paulo.

Até a Proclamação da República, em 1889, pouco se fez de concreto pela educação brasileira. A República proclamada adota o modelo político americano baseado no sistema presidencialista. Na organização escolar percebe-se influência da Filosofia positivista. <sup>1</sup>

O positivismo esteve presente de forma marcante no ideário das escolas e na luta a favor do ensino leigo das ciências e contra a escola tradicional humanista religiosa. O currículo multidisciplinar – fragmentado – é fruto da influência positivista.

No Brasil esta influência aparece no início da República. Foi muito divulgado por intermédio do Apostolado Positivista que se incorporou ao movimento pela proclamação da república e da elaboração da constituição de 1891. O movimento republicano apoiou-se em idéias positivistas para formular sua ideologia da ordem e do progresso, graças particularmente à atuação de Benjamim Constant (1836-1891).

<sup>1</sup> Os núcleos positivistas espalharam-se por diferentes Estados. No Maranhão, Teixeira Mendes, teve neste seu principal representante. No Ceará, o positivismo ganha importância a partir de 1872 liderado por Rocha Lima e Capistrano de Abreu. Na Bahia, Justiliano da Silva Gomes, autor da primeira tese brasileira sobre o positivismo ao defender um programa de um Curso de Fisiologia, fundamentado na Filosofia Positivista em 1844. Em Pernambuco, destacam-se Tobias Barreto e Silvio Romero. No Pará, em 1881, o crítico literário publicou o opúsculo Emílio Littré. São Paulo foi o centro da efervescência do positivismo, tendo a Faculdade de Direito como palco principal, exercendo influência na militância jornalística como *A Luta*, *A República*, entre outros.

A Reforma de Benjamin Constant tinha como princípios orientadores à liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária.

A década de vinte foi marcada por diversos fatos relevantes no processo de mudança das características políticas brasileiras. Foi nesta década que ocorreu o Movimento dos 18 do Forte (1922), a Semana de Arte Moderna (1922), a fundação do Partido Comunista (1922), a Revolta Tenentista (1924) e a Coluna Prestes (1924 a 1927).

O clima desta década propiciou a tomada do poder por Getúlio Vargas, candidato derrotado nas eleições por Julio Prestes, em 1930.

A Revolução de 30 foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu com que o Brasil pudesse investir no mercado interno e na produção industrial.

A nova realidade brasileira passou a exigir uma força de trabalho especializada e para tal era preciso investir na educação. Sendo assim, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes.

Em 1932 um grupo de educadores lança à nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores da época.

Em 1934, quando Capanema chega ao Ministério da Educação, firmou-se o pacto político entre Getúlio Vargas, de origem castilhistas e positivista, e a Igreja. Segundo este acordo, a Igreja daria ao governo apoio político e receberia em troca a aprovação das chamadas “emendas religiosas” na Constituinte de 1934, que incluía, entre outras coisas, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. Mais do que isto, o pacto levou a que o Ministério da Educação fosse entregue a pessoa de confiança da Igreja, que trabalharia em consulta constante com Alceu Amoroso Lima.

A primeira consequência deste acordo político foi que a Igreja passou a aceitar uma presença muito mais ativa do Estado na educação do que normalmente o faria. O Brasil respirava, naqueles anos, o debate da educação pública vs. educação privada que, oriundo da Europa, marcava a oposição entre os defensores do ensino leigo, universal e público e a Igreja, defensora do ensino privado e confessional.

A orientação político-educacional para o mundo capitalista ficou bem explícita no texto da Constituição de 1937, sugerindo a preparação de um maior contingente de força de trabalho para as novas atividades abertas pelo mercado. Neste sentido, a nova Constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional.

As conquistas do movimento renovador, refletidas na Constituição de 1934, foram enfraquecidas nesta nova Constituição de 1937. Marca uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as “classes mais desfavorecidas”.

Ainda assim são criados a União Nacional dos Estudantes – UNE (13/08/1937) e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP (15/01/1937).

A UNE participa de movimentos importantes: manifesta-se contra o regime nazi-fascista que se instaurava no país com o Estado Novo; exige uma posição do Brasil contra o Eixo durante a II Guerra Mundial; e luta pelo fim da ditadura Vargas.

Com o fim do Estado Novo, em 1946, consubstanciou-se a adoção de uma nova Constituição de cunho liberal e democrático. Esta nova Constituição, na área da Educação, determina a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

Além disso, a nova Constituição fez voltar o preceito de que *a educação é direito de todos*, inspirada nos princípios proclamados no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. Com o ideal nacionalista, os estudantes aderem à campanha "O Petróleo é Nosso".

Em 1953, a Educação passa a ser administrada por um Ministério próprio: o Ministério da Educação e Cultura.

Em 1961, a criação da UnB foi, talvez, a questão cultural mais séria, mais desafiante e mais empolgante que se colocou diante da intelectualidade do País. Foi ainda no Governo Goulart a promulgação da Lei 4.024, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961.

Em 1962, são criados o primeiro Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, inspirado no Método Paulo Freire. Sintonizada com a idéia de mudanças, a UNE cria os Centros Populares de Cultura, e debate os problemas sociais brasileiros, por meio do teatro, cinema e da música.

Em 1964, um golpe militar aborta todas as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram "*comunizantes e subversivas*". (Nota <sup>ii</sup>)

### **Redemocratização**

Com o fim do Regime Militar (1985), foi possível novamente discutir questões sobre Educação de uma forma democrática e aberta. Em 1992, o Senador Darcy Ribeiro apresenta um novo Projeto para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o qual foi aprovado somente em dezembro de 1996.

### **Fases marcantes**

A nosso ver, é possível destacar três fases politicamente marcantes na História da educação brasileira nessa fase de construção da democracia política:

1) 1932/37, com o lançamento do **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, criação da UNE e do INEP;**

2) 1961/64, com a promulgação da Lei 4.024, a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** e a criação do primeiro **PNE-Plano Nacional de Educação;**

3) 1996 em diante, com a **nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, em vigor, com o **Plano Nacional de Educação** criado pela Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, o qual deve ser resgatado em seus princípios basilares, notadamente no que diz respeito aos direitos humanos e; com a criação do **FUNDEF**, o qual estimulou práticas de gestão que resultaram na universalização da matrícula escolar.

4) A criação do Fundeb, em 2007, vai permitir o financiamento de toda a educação básica nacional, desde a pré-escola até o ensino médio, incluindo o ensino de jovens e adultos.

5) O lançamento do Programa de Desenvolvimento do Ensino pelo Governo Lula, pois pela primeira vez a qualidade da educação foi posta como prioridade da política educacional.

### **Ausência de Políticas de Inclusão e Demandas**

Pode-se afirmar que, nas três últimas décadas, foram promovidos esforços de políticas públicas visando melhorar os níveis de educação da população brasileira. Um aspecto importante foi o aumento da taxa de matrícula. Em 2006, mais de 97% da população de 7 a 14 anos estavam matriculadas. Foi um avanço diante das taxas do final da década de 1980, quando o índice de atendimento era de 86%.

Entretanto, há de se ressaltar que o Brasil ao longo da história não conduziu sua expansão do ensino básico em prol da qualidade de aprendizado. No país, ainda, se convive com altos índices de evasão e abandono, além de falta elementar de qualidade na educação básica. O Ensino Superior também sofre as conseqüências de uma educação de base sem a qualidade adequada. Quase 80% das matrículas no ensino superior são feitas em instituições sem qualidade (uma parte delas tem sim qualidade, mas o que deveria ser a regra é a exceção) e a custos individuais bastante onerosos.

Por outro lado, as Universidades Federais abrigam os mais proficientes, oriundos, em sua maioria, de cursos de ensino médio oferecido pelas escolas das redes privadas e cursos preparatórios para os vestibulares. O resultado é patente, os mais ricos estão na universidade federal

e os mais pobres pagam por seus estudos em instituições de ensino superior sem qualidade, em sua maioria. Isso sem contar com os milhões de estudantes que sequer têm a oportunidade de finalizar o ensino fundamental e o médio.

Para superar o quadro de debilidade da aprendizagem e, mesmo, concretizar a universalização da educação básica é necessário aumentar os recursos de investimento geral e *per capita* e melhor direcioná-los, com planos e metas claras de avanços reais, buscando equidade. Deve-se priorizar de forma radical o ensino básico.

Isso quer dizer aumentar os investimentos na qualificação dos professores da educação básica, oferecendo a eles uma melhor formação inicial e continuada. É importante garantir mais escolarização às crianças e aos jovens, com mais aprendizado efetivo. Mais anos médios de escolarização, com menor distorção idade-série, efetivando o desenvolvimento de mais habilidades de Leitura e de Matemática são processos vitais ao crescimento econômico e ao aprimoramento da Educação no Brasil. Mas não é só. Faz-se importante ampliar o horário escolar no Brasil, oferecendo aos alunos de escola pública esportes, artes e reforço pedagógico de disciplinas.

A qualificação da educação de base é preocupação constante de países que alcançaram um desenvolvimento estruturado e efetivo. Seja por meio de reformas da educação, seja por meio de ações efetivas de melhoria dos recursos humanos ou pela implementação de leis para o setor educacional, o fato é que alguns países deram saltos de qualidade no ensino. E essa empreitada influenciou diretamente no desenvolvimento econômico dessas nações. Para tanto, um fenômeno social e político é comum a todos: a educação de base foi priorizada não somente pelo Estado, mas pela sociedade desses países.

São países que regularizaram seu fluxo educacional, aumentaram a escolaridade média de suas populações, investiram uma quantidade razoável de seus gastos sociais em educação, têm consciência clara do poder dos incrementos educacionais em seus recursos humanos, melhoraram a qualidade do aprendizado e investiram em formação de professores e os valorizaram profissionalmente. Além disso, ampliaram os sistemas de avaliação de resultados, seus mecanismos de responsabilização e priorizaram a educação de base como estratégia de desenvolvimento técnico e tecnológico. São países que deram certo na promoção da educação e isso se refletiu fortemente no desenvolvimento econômico e social.

Tem-se uma grande chance agora com o Fundeb e a implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação de desenvolver uma forte consciência social em prol de uma educação de qualidade. Envolvimento das famílias na cobrança de mais qualidade da escola e no incentivo aos estudos dos filhos se faz fundamental. Apoio às famílias para a educação dos filhos e fortalecimento das sociedades locais e da tradição comunitária, com impactos na cobrança de qualidade das escolas por parte das famílias pode contribuir para o alcance da qualidade do aprendizado.

Então é preciso prioridade para a Educação de base, equilíbrio na distribuição do orçamento da educação, com foco no ensino básico. Para alcançar uma educação de qualidade é necessário que todas as escolas brasileiras possuam equipamentos mínimos, salas de informática, bibliotecas, laboratórios, material didático. É necessário uma verdadeira autonomia das escolas, com cobranças de resultados do Estado e da sociedade civil. Sugere-se a oferta da educação, pelo menos no fundamental, em horário integral. Ainda é preciso aumentar os investimentos no Ensino de linguagens – Matemática, Língua materna, outra língua e educação digital, ampliar a educação infantil e adotar nacionalmente uma alfabetização infantil eficiente, com a adoção de métodos adequados e testados cientificamente.

Os desafios educacionais no Brasil ainda sugerem um forte investimento na formação inicial dos professores, com ênfase em conteúdos e métodos de aulas, implementação de processos de responsabilização e certificação do trabalho docente, valorização dos docentes; isso se refletindo em salários mais altos. Esta é uma condição para atrair bons professores que se dirigem para o ensino privado ou para outras áreas de atuação. A institucionalização de carreiras docentes, baseadas no mérito e na profissionalização, é essencial para uma educação de qualidade. Realmente,

com estes objetivos e ações alcançadas, podemos sonhar com o destravamento do crescimento econômico, a justiça social e um país com menos pobres e mais igualdade de oportunidades. Pois, a educação é um dos principais ativos econômicos que explicam as desigualdades e a pobreza no Brasil.

### **O processo acelerado da Urbanização e a questão da Educação**

Como consequência do êxodo rural, em função da mecanização das atividades no campo a partir dos anos 60, a sociedade brasileira urbanizou sua população muito rapidamente, mesmo tempo em que a Família e a Escola, como consequência, sofreram impactos, configurando uma nova formação familiar.

Frente a essa nova realidade urbana, a atual geração foi atingida pela massificação das informações, pelo consumismo, pela competição individualista, pela facilidade de acesso ao consumo de drogas e, principalmente, pelo desemprego estrutural, resultante do novo padrão de produção.

A Família foi historicamente perdendo funções, transferidas para instituições socialmente especializadas (sistemas educacionais, instituições sociais).

Sob outra ótica, temos a instituição escolar que nasce com o mundo moderno, como instrumento de construção do cidadão livre para superar os novos desafios.

Com a expansão da sociedade da informação a partir de fins do século passado, a instituição escolar começa a ser vista não mais como formadora de cidadãos, ajustadora do indivíduo às necessidades políticas e culturais da sociedade.

Por outro lado, desemprego, pobreza e violência estão associados à trajetória dos jovens brasileiros pobres, há muito tempo. Muito mais do que se poderia suportar.

É possível afirmar também que a maioria das famílias brasileiras encontra-se perplexa e despreparada para compreender e, menos ainda, dar resposta e orientação aos jovens.

Restringir o sentido da Educação à sua função instrumental é um equívoco tão grande quanto a idéia de que, por meio do ensino da ciência e tecnologia, resolveremos o problema do acesso a uma cidadania plena, à cultura, ao saber e ao trabalho.

Essas práticas equivocadas estão gerando uma socialização relativamente vazia de orientações pautadas em valores universais ou em qualquer perspectiva de futuro (dados do PNAD revelam que 40% dos jovens abandonam os estudos não porque precisem trabalhar, mas por não ver na escola uma real oportunidade de qualificação ou ascensão social).

A pobreza foi enquadrada nas favelas e confinada nos chamados bairros periféricos das metrópoles (cerca de 50% da população do Rio de Janeiro e São Paulo moram em favelas ou em loteamentos ilegais).

A vocação para o magistério foi aviltada e esmagada.<sup>2</sup>

O efeito mais sutil e eficaz da política urbanizadora foi o estabelecimento de fronteiras entre os bairros de modo a demarcar, no recorte espacial, a sua identidade, de modo a marcar posições de classe.

Dentro dessa perspectiva, a elite brasileira<sup>3</sup> age como se defendesse um projeto repartido de Educação, cujos alvos são, de um lado, ela própria e, de outro, as classes populares.

As favelas, que se multiplicam no espaço urbano e corporificam problemas explosivos, rotulados sob a expressão de banditismo, são vistas como focos de "irracionalidade", de resistência à aspiração de ordenamento e homogeneização da cidade.

<sup>2</sup> Relatório recente da Câmara de Educação Básica do CNE estima haver um déficit de 235 mil professores, no Ensino Médio brasileiro, especialmente nas disciplinas de Física, Matemática, Química e Biologia.

<sup>3</sup> Levantamento da consultoria The Boston Consulting Group revela haver no Brasil 130 mil milionários. A fortuna financeira dessa parcela de 0,7 por cento da população é estimada em US\$ 573 bilhões de dólares, equivalente a cerca de metade do PIB de 2006. A elite é a proprietária de todos os meios de produção, inclusive os meios de comunicação e educação, e esteve sempre no poder através de seus prepostos.

Esta análise comprova que a desigualdade espacial e sócio-cultural apenas faz sentido como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo, tal como ele ocorre no Brasil, um país eminentemente urbano.

### **O discurso hegemônico e a Educação que demandamos**

A modernização brasileira foi atravessada por essas questões cruciais (impactos da urbanização acelerada, aviltamento da função do professor, projeto repartido de educação, visão dominante preconceituosa em relação à pobreza, desigualdade espacial e cultural, e socialização vazia de valores universais).

As "seqüelas" da pobreza sobre o acesso, a permanência e o rendimento do estudante são traduzidas em eloqüentes dados de evasão, repetência e promoção sem mérito.

A escola atual não consegue levar as crianças e jovens pobres a interiorizarem e transferirem para a vida cotidiana os conceitos, hábitos e atitudes que procura ensinar, e coloca os professores num grande dilema.

Além da repetência absurda de parcela significativa dos estudantes, ocorre outro fenômeno igualmente preocupante: entre aprovar um aluno que terá dificuldades em prosseguir os estudos e reprová-lo, condenando-o quase que certamente ao abandono, o professor decide pela aprovação.

O que se coloca como fundamental na questão educacional brasileira é a noção de uma desigualdade inevitável e residual presente na visão dos educadores, como de resto da própria sociedade, e que se expressa em projetos repartidos de educação (para as massas e para as elites).

É preciso uma educação de qualidade e para todos.

Valemo-nos de Darcy Ribeiro <sup>4</sup>, em seu excelente *O Povo Brasileiro*: “*as atuais classes dominantes brasileiras, feitas de filhos e netos dos antigos senhores de escravos, guardam, diante do negro, a mesma atitude de desprezo vil. Para seus pais, o negro escravo, o forro, bem como o mulato, era mera força energética, como um saco de carvão, que desgastado era substituído facilmente por outro que se comprava.*

*Para seus descendentes, o negro livre, o mulato e o branco pobre são também o que há de mais reles, pela preguiça, pela ignorância e pela criminalidade, inatas e inelutáveis. Todos eles são tidos consensualmente como culpados de suas próprias desgraças, explicadas como características da raça e não como resultado da escravidão e da opressão.*

*A nação brasileira, comandada por gente dessa mentalidade, nunca fez nada pela massa negra que a construiu. Negou-lhe a posse de qualquer pedaço de terra para viver e cultivar, assim como lhe negou escolas em que pudessem educar seus filhos, e qualquer outra ordem de assistência”.*

É importante compreender que, apesar da associação da pobreza com a negritude, as diferenças profundas que separam e opõem os brasileiros em “estratos” contrastantes são de natureza social, de classe.

No atual contexto, repetimos, reconhecemos como importantíssimo o mérito da objetividade do **PDE-Plano de Desenvolvimento da Educação e do FUNDEB**, com seus indicadores e metas qualificadas. Tem-se uma verdadeira chance de uma verdadeira reforma educacional, com a implementação efetiva do “O Plano de Desenvolvimento da Educação”, que pode assegurar ao Brasil o nível de qualidade de países do mesmo grau econômico do nosso, em alguns anos ou até 2022.

Trata-se de um vigoroso pacote de metas e ações que inclui medidas para financiar o transporte escolar, computadores nas escolas e bolsa para doutores nas universidades. Com elas o governo pretende nortear os rumos da educação em nosso País até o ano de 2022. Dessa forma iremos comemorar o bicentenário da independência alcançando os

<sup>4</sup>

Ribeiro, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 – p.204.

níveis de proficiência dos países de mesmo grau de desenvolvimento econômico que o nosso. O primeiro passo para solucionar um problema é reconhecer a sua existência, e esse foi dado pelo Presidente da República e pelo Ministro Fernando Haddad.

Os diversos indicadores educacionais atestam as péssimas condições da educação brasileira, comparadas a outros países do mundo, e como esta situação afeta o nosso projeto de desenvolvimento a médio e longo prazo. A assinatura de convênio do governo brasileiro se comprometendo a cumprir os postulados do pacto "Todos Pela Educação", sinaliza claramente um conjunto de metas e obrigações a ser cumprido dentro de prazos pré-definidos. E para cumprir é preciso muito trabalho, mais recursos, mais igualdade na distribuição destes recursos e gestão por resultados, primando pela eficiência e eficácia no gasto público em educação.

Porém existem lacunas a serem preenchidas no PED. A primeira, é que é necessário mais foco na qualidade no ensino. O PED em uma de suas ações cria o Ideb (Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico) e assegura uma maior quantidade de recursos a municípios e escolas em função de resultados, como correção de fluxo escolar, melhoria de índices de repetência, ambiente escolar e melhorias no aprendizado. Isto é fundamental, pois o grande problema da educação nacional está na educação infantil e fundamental. Neste caso, é preciso um esforço maior para qualificar o alicerce do edifício da educação.

A segunda lacuna é o financiamento. Sem recursos não haverá plano. As dificuldades de financiamento já começam no caso do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica). Os recursos são escassos e as responsabilidades e obrigações foram aumentadas. Sem uma contrapartida financeira por parte da União, que mesmo aumentando em dez vezes o total de recursos investidos no Fundo, chegará ao final de 2010 com uma participação de apenas 10% do total, poucas chances o país terá de revolucionar a sua educação básica.

É importante destacar que a qualificação continuada de professores por meio de pólos de Universidade Aberta, com cursos presenciais e à distância, com mil unidades até o final da atual administração é uma ação meritória, uma vez que o nosso principal problema é o aprendizado nos quatro primeiros anos do ensino fundamental. Neste período, os professores se ressentem de falta de conteúdo e metodologias pedagógicas eficazes, o investimento em creches e pré-escolas para reforço e ampliação da rede existente em consonância com as novas responsabilidades advindas com o Fundeb, também mostra a necessidade de a União socorrer Municípios de todo o Brasil que irão ser pressionados por aumento de vagas em suas redes de ensino.

É preciso uma presença mais intensa do Governo Federal, tanto financeira como tecnicamente, para ajudar os municípios e Estados a promoverem a revolução necessária na educação.

O MEC anunciou que precisará de 8 bilhões em quatro anos para colocar em prática este Plano. Os desafios apresentados são a gestão, mobilização e financiamento. Para o financiamento, **o PSB, através do Deputado Rogério Marinho, defendeu a aprovação urgente da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 66/2007**, que prevê paulatinamente o fim da Desvinculação dos Recursos da União (DRU) sobre o orçamento do Ministério da Educação.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Ver matéria publicada no Jornal da Câmara, edição de 14.08.2007 p.7 – [jornal@camara.gov.br](mailto:jornal@camara.gov.br)

A incidência da DRU que atualmente é de 20% sobre o orçamento da Educação será reduzida nos próximos quatro anos, até deixar de existir naquela rubrica. O projeto fixa a redução para 15% em 2008, 10% em 2009, 5% em 2010 e zero em 2011. Pelos cálculos, esse processo representará um acréscimo de mais R\$ 17,6 bilhões para investimentos na Educação Básica. É um montante de recursos que serão suficientes para a realização de uma verdadeira reforma da Educação neste país. (Nota <sup>iii</sup>)

Politicamente, é importante ter claro que educar pessoas e fomentar o desenvolvimento humano são objetivos que estão muito além do discurso hegemônico, pouco sensível aos princípios humanistas que compreendem a Educação como formação de valores e comportamentos.

#### **Ensino Técnico**

Assegurada a formação cidadã, há necessidade de expandir o ensino técnico no país, seja através de iniciativa da União e Governos Estaduais, seja através de parcerias. É fundamental satisfazer as necessidades e vocações de alunos e empresas para que todos os setores que ofertam ensino técnico (médio) e tecnológico (superior) cresçam: o público, o privado, o comunitário e o sistema S (formado por Sesi, Senai Sesc, Senac, Senar, Sebrae e entre outros).

A expansão massiva do Ensino Técnico em nível federal e estadual significa a possibilidade da gratuidade, a qualificação da força de trabalho jovem, capacitando-a para ingressar no mercado de trabalho, assimilando permanentemente os avanços tecnológicos, e criando escolas técnicas comunitárias, com prioridade as cidades do interior e periferias das grandes cidades, como forma de propiciar aos jovens novas e melhores oportunidades, estimulando com prioridade o ensino agrotécnico.

### **O mundo do “dever ser”: paradigmas nacionais**

É preciso compreender que o sistema educacional em análise é aquele que deve ser considerado como “bem público”, pois, sendo ‘*direito de todos e dever do Estado*’, cabe ao Estado garanti-lo para todos, e garantir a qualidade.

É consensual e aceito, nas sociedades democráticas, que a Educação se realiza em diferentes ambientes, é promovida pelas mais diferentes instituições públicas e privadas, como comunidades religiosas, políticas, de classe, empresariais, e pelos mais diferentes meios, como escolas, meios de comunicação de massa, atividades artísticas, entre outras.

Portanto, se a Educação não é prerrogativa única do Estado, o que se deve definir, é qual Educação é direito de todos e dever do Estado.

Nossa Constituição responde, de forma genérica, mas clara, em seu no art. 205, que a Educação que é dever do Estado e que o Estado deve garantir é aquela que: **promova o ‘pleno desenvolvimento da pessoa’; ‘prepare para o exercício da cidadania’; prepare ‘sua qualificação para o trabalho’.**

Dessa forma, é possível concluir que os paradigmas pilares para se debater e avaliar, no Brasil, a qualidade da Educação, independentemente se oferecidos pelo Estado ou por instituições privadas, são:

- 1. pleno desenvolvimento da pessoa.**
- 2. preparação para o exercício da cidadania**
- 3. qualificação para o trabalho.**

## Conclusão

É fundamental compreender a questão educacional como parte de um **Projeto civilizatório de Nação**<sup>6</sup> e, sendo este um compromisso histórico do Partido Socialista Brasileiro<sup>7</sup>; é urgente partir para o enfrentamento das contradições que impedem a redução da desigualdade histórica e cultural em nossa sociedade, expondo sua diversidade enriquecedora, mobilizando as vanguardas intelectuais de toda a sociedade civil e todos os níveis de poder, a partir da defesa de uma bandeira política, como uma ação programática do partido, propondo um **novo pacto federativo que reduza as desigualdades à luz da equidade**, um novo projeto político-pedagógico para o Brasil, e realizar amplo debate nacional.

A história nos revela que nunca houve no Brasil um projeto de Estado para a Educação que levasse em conta uma mudança imperiosa de paradigma, simultaneamente, econômico e educacional; lacuna que nos tem desviado do objetivo maior de transformação da sociedade a partir daquilo que a Educação oferece de mais fundamental e precioso: a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral do ser humano.

**É importante repetir que, no entender do PSB, a Educação não pode ser um projeto de governo ou um projeto de partido, mas um projeto da sociedade, um projeto de Nação.**

É imprescindível questionar os princípios que regem os processos formativos em nossa sociedade, à luz da igualdade de condições e oportunidades, respeito à liberdade, pluralismo de idéias e concepções, universalização do ensino fundamental e médio, valorização da escola e resgate moral do papel do professor, gestão democrática, supremacia da ética no convívio social, garantia de qualidade e vinculação da escola ao mundo do trabalho, da ciência, da cultura e da vida social.

Por fim, entendemos que a construção de um estilo de vida urbano moderno na sociedade brasileira, pela prática de um novo projeto político-pedagógico, ainda é uma história a ser escrita a muitas cabeças e mãos, para que superemos a peculiaridade atual das práticas urbanas e resgatemos o indispensável papel da Educação dentro delas.

<sup>6</sup> **Projeto civilizatório de Nação**: Grande desafio do povo brasileiro, implicando na defesa da soberania nacional, na redefinição das prioridades de investimentos, visando um novo pacto federativo fundado na equidade, para superação das desigualdades e conquista do desenvolvimento com menos consumismo, mais respeito ao meio ambiente, universalização da educação de qualidade e da saúde pública, sustentabilidade da matriz energética a partir de fontes renováveis; com resgate pleno da cidadania.

<sup>7</sup> Em abril de 1946, na sede da UNE no Rio de Janeiro, foi criado o **Partido da Esquerda Democrática** com programa e estatutos próprios e que seriam a base para os do **PSB**, fundado em abril de 1947, e registrado somente em agosto do mesmo ano.

## NOTAS DO FINAL

XI

i

**Conceito de Educação:** Processo contínuo de integração à sociedade e reelaboração de experiências, a que estão condicionados todos os indivíduos, por todo o decurso de suas vidas, seja mediante a própria vivência difusa de situações do cotidiano, seja mediante a participação compulsória ou voluntária em instituições responsáveis pela transmissão da herança social. Todas as ações e influências destinadas a desenvolver e cultivar habilidades mentais, conhecimentos, perícias, atitudes e comportamentos, de tal modo que a personalidade do indivíduo possa ser desenvolvida o mais extensamente possível e ser de valor positivo para a sociedade em que ele vive. Processo globalizado que visa à formação integral da pessoa, para o atendimento a aspirações de natureza pessoal e social.

ii

Com uma herança de 17 Atos Institucionais, 130 Atos Complementares, 11 Decretos Secretos e 2260 Decretos-Leis, em vinte e um anos de ditadura militar, é possível destacar algumas ações na área da Educação, cuja característica mais marcante era tentar dar a formação educacional um cunho profissionalizante

- 1) O Acordo MEC/USAID para o ensino médio e superior. Previa assessoria técnica americana para o planejamento do ensino e treinamento de técnicos brasileiros nos Estados Unidos (1964);
- 2) O Projeto Rondon, visando estimular os estudantes universitários a praticar conhecimentos em comunidades distantes (1966);
- 3) O Decreto-lei 252, objetivando a reforma universitária e criando a estrutura de departamentos (1967);
- 4) A Lei 5.537 criando o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (1968);
- 5) A Lei 5.540 fixando normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média (1968);
- 6) O Decreto-Lei 477, aplicado a professores, alunos e funcionários das escolas e universidades, proibindo qualquer manifestação de caráter político (1969);
- 7) O Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, criado em 1970 para acabar com o analfabetismo, e extinto em 1984;
- 8) A Lei 5.692 regulamentando o ensino de primeiro e segundo graus. Amplia a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, aglutina o antigo primário com o ginasial, suprimindo o exame de admissão e criando a escola única profissionalizante;
- 9) A Portaria 505 do Ministério da Educação aprovando diretrizes básicas para o ensino de Moral e Cívica nos cursos de 1ª e 2ª graus e de Estudos de Problemas Brasileiros nos cursos superiores.

Ao invés de aliança com os trabalhadores, falava-se em segurança nacional que, no contexto de 1964, significará repressão policial contra os trabalhadores e a esquerda. Não cabendo aqui uma análise exaustiva do problema, citaremos apenas seus dois formuladores fundamentais: o General Golbery do Couto e Silva que, já em 1952, escreve *Aspectos Geopolíticos do Brasil*, onde as bases da doutrina da segurança nacional são definidas, e Roberto de Oliveira Campos que, já em 1953, na Escola Superior de Guerra, buscava "a área possível de con ciliação entre uma *ideologia de desenvolvimento* e uma *ideologia de segurança*".

iii

O Censo Escolar 2005 contabilizou 56,5 milhões de matrículas, considerando -se todas as etapas e modalidades da educação básica. Em relação ao ano anterior, houve uma pequena queda de 0,7% no número total de matrículas, que corresponde a uma redução de 379 mil matrículas, nas séries iniciais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio (Ver anexo I).

O comportamento da matrícula nas diferentes etapas/níveis e modalidades da educação básica reflete o fluxo escolar, as variáveis demográficas e a priorização estabelecida pelas políticas educacionais. Na Educação Infantil, houve um crescimento acentuado de 4,4%, em 2005, o que indica ampliação da cobertura no atendimento escolar de 0 a 6 anos. A Educação Especial e a Educação Profissional também registraram crescimento da matrícula, de 1,8% e 4,6%, respectivamente.

No Ensino Fundamental e no Ensino Médio, na modalidade regular, observou-se uma tendência de leve decréscimo das matrículas. A redução no Ensino Fundamental foi de 1,4%, concentrada no primeiro segmento (1ª a 4ª série). No Ensino Médio, a matrícula apresentou uma variação negativa de 1,5% em comparação com 2004. A queda na matrícula nas cinco séries iniciais do ensino fundame ntal (-1,6%) já era esperada, pois reflete tanto a melhoria do fluxo escolar – indicando que o sistema de ensino brasileiro vem diminuindo a retenção de alunos nas séries iniciais – quanto à transição demográfica em curso no país.

Na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA), que atende a população jovem e adulta que não completou o ensino fundamental e o ensino médio na idade própria, o Censo Escolar de 2005 registrou uma redução de 1,8% nas matrículas. Este decréscimo deve ser relativizado, em razão do forte crescimento observado nos anos anteriores.

### Educação Superior

Os últimos dados consolidados do Censo da Educação Superior 2005 apontam que foram oferecidas 2.435.987 vagas, 115.566 a mais que no ano anterior (aumento de 5%). Inscreveram-se para disputar essas vagas 5.060.956 candidatos, 6.964 a mais que em 2004, representando um acréscimo de 0,14% na demanda por vagas. Efetivamente, ingressaram na educação superior 1.397.281 novos alun os, perfazendo um total de 4.453.156 matriculados.

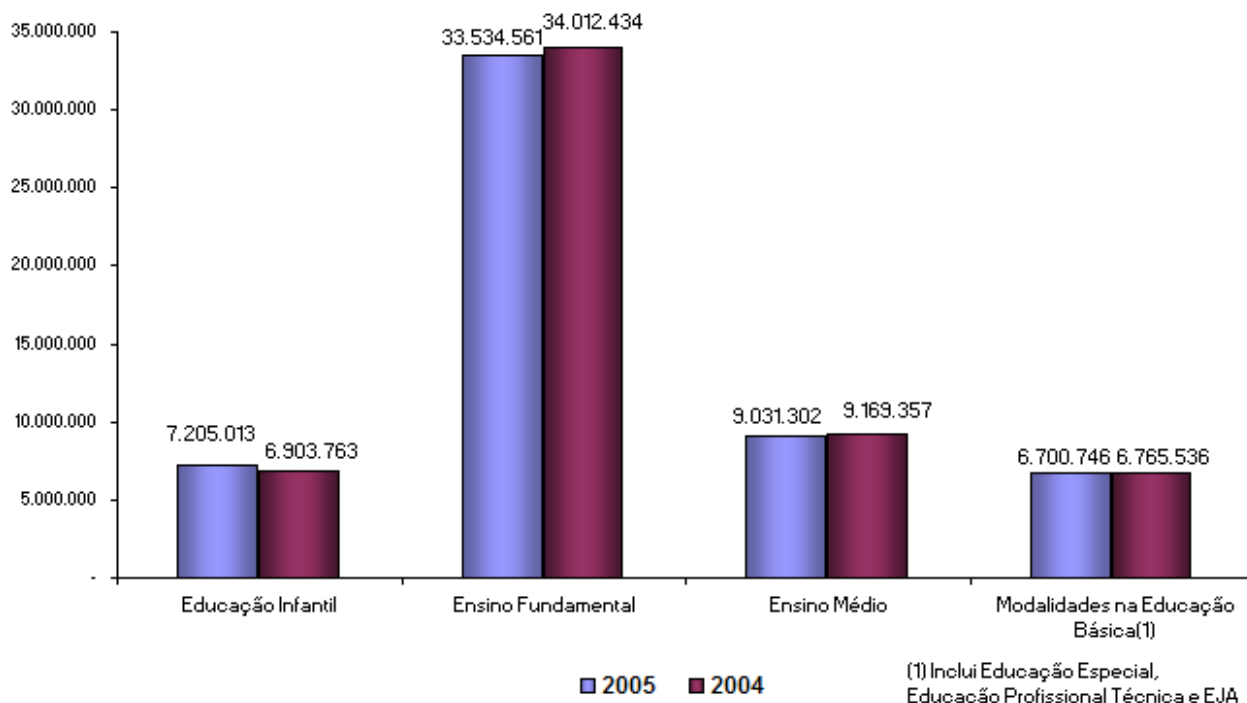
Para consultar mais resultados do Censo Superior consulte o [www.edudatabrasil.inep.gov.br](http://www.edudatabrasil.inep.gov.br).

# ANEXO

## **Censo Escolar 2005**

]

**Gráfico - Matrículas em 2005 e 2004, segundo etapas/modalidades de Educação Básica**



## EDUCAÇÃO SUPERIOR

Os últimos dados consolidados da educação superior brasileira, do Censo da Educação Superior 2005 apontam que em 2005 foram oferecidas 2.435.987 vagas pelo sistema de educação superior, 115.566 a mais que no ano anterior (aumento de 5%).

Inscreveram-se para disputar essas vagas em 2005 5.060.956 candidatos, 6.964 a mais que em 2004, representando um acréscimo de 0,14% na demanda por vagas. Efetivamente, ingressaram na educação superior 1.397.281 novos alunos, perfazendo um total de 4.453.156 matriculados.

Para consultar mais resultados do Censo Superior consulte o [www.edudatabrasil.inep.gov.br](http://www.edudatabrasil.inep.gov.br).